



GABRIELA SOUZA RODRIGUES DA SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA**

CUIABÁ/MT

2023

GABRIELA SOUZA RODRIGUES DA SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA**

Monografia apresentada à banca examinadora, como requisito para a conclusão do curso e obtenção do título de bacharel em Psicologia, pela Faculdade Fasipe Cpa.

Orientador (a): Viviane Marques Caponi

CUIABÁ/MT

2023

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora do Curso de Psicologia –FASIPE CPA, Faculdade de Cuiabá como requisito parcial para a obtenção do título em Psicologia.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

VIVIANE MARQUES CAPONI

Professor(a) Orientador (a)
Departamento de Psicologia - FASIPE – Cuiabá

DIEGO ANIZIO DA SILVA

Professor (a) Avaliador (a)
Departamento de Psicologia - FASIPE – Cuiabá

ANA SOPHIA HAAGSMA SIMM

Professor (a) Avaliador (a)
Departamento de Psicologia - FASIPE – Cuiabá

JÔSE GUEDES VIEIRA

Professor (a) Avaliador (a)
Departamento de Psicologia - FASIPE – Cuiabá

CUIABÁ/MT

2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu Deus por ter me sustentado. Agradeço de coração também a minha família. Essas palavras não podem me expressar o quão grato sou a todos vocês, em especial ao meu avô João que contribuiu para a realização do meu sonho a graduação em psicologia.

Agradeço os meus pais pelas orações que deram forças para seguir em frente e finalizar essa pesquisa.

Também gostaria de agradecer as minhas amigas que me apoiaram e me incentivaram a buscar o meu objetivo. Por fim, gostaria de agradecer ao meu filho Daniel que mesmo tão pequeno me motivou e apoiou nos momentos em que pensei em desistir.

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que em minha caminhada demonstraram paciência e carinho. Em especial, àquelas que me incentivaram a seguir sempre em frente.

EPÍGRAFE

Pouco conhecimento faz com que as pessoas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o céu, enquanto as cheias as baixam para a terra, sua mãe.

Leonardo da Vinci

SOUZA, Gabriela Rodrigues da Silva. **OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA.** 2023. 52 páginas. Monografia de conclusão de curso – FASIFE CPA –Faculdade de Cuiabá.

RESUMO

O presente trabalho trata-se dos desafios da inclusão de crianças com transtorno espectro autista na escola. O assunto vem ganhando espaço nas discussões da educação, há muitas leis e projetos desenvolvidos que visam a inclusão e o acesso à educação inclusiva de pessoas com deficiências. Por lei a educação é um direito de todos. A garantia para as pessoas com deficiências iniciou-se através dos projetos voltados a inclusão, que garante assim os direitos a educação da escola regular independente de suas necessidades, pois é o dever do sistema educacional oferecer oportunidades de inclusão e acesso a educação. O transtorno espectro autista afeta o neurodesenvolvimento da criança e tem como características a dificuldade na interação social, comunicação, dificuldade cognitiva, domínios importantes para aprendizagem. Como resultado desta pesquisa, constatou-se que a muitos desafios para a inclusão de crianças com TEA, sendo esses por falta de profissionais preparados, programas voltados para inclusão, cursos de capacitação para os profissionais, recursos e materiais pedagógicos e dificuldades relacionadas com o transtorno.

Palavras-Chave: Autismo. Educação. Inclusão Escolar.

SOUZA, Gabriela Rodrigues da Silva. **THE CHALLENGES OF INCLUDING CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN SCHOOL.** 2023.52 páginas. Monografia de conclusão de curso – FASIPE CPA –Faculdade de Cuiabá.

ABSTRACT

The present work deals with the challenges of including children with autism spectrum disorder in school. The subject has been gaining space in education discussions, there are many laws and projects developed that aim at inclusion and access to inclusive education for people with disabilities. By law, education is everyone's right. The guarantee for people with disabilities began through projects aimed at inclusion, which guarantees the right to regular school education regardless of their needs, as it is the duty of the educational system to offer opportunities for inclusion and access to education. The autistic spectrum disorder affects the child's neurodevelopment and is characterized by difficulty in social interaction, communication, cognitive impairment, important domains for learning. As a result of this research, it was found that there are many challenges for the inclusion of children with ASD, such as lack of prepared professionals, programs aimed at inclusion, training courses for professionals, resources and teaching materials and difficulties related to the disorder.

Keywords: Autism. Education. School Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadros 1(Estudos identificados).....	31
Quadros 2 (Estudos selecionados)	31
Quadros 3 (Elegibilidade)	31
Quadros 4 (Inclusão)	31

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
TEA	Transtorno Espectro Autista
DMS-5	Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	5
2.CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	7
3. INCLUSÃO ESCOLAR.....	11
4.ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	15
5.TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA.....	19
6. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS TEA NA ESCOLA	24
7. METODOLOGIA.....	29
7.1 Metodologia de Pesquisa	30
7.2Fluxograma que apresenta como foi feita a triagem das escolhas dos artigos...	31
REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda os desafios da inclusão de crianças com transtorno espectro autista na escola. A escola é um espaço público e de extrema importância na construção da cidadania dos indivíduos, um local que atende as diversidades dos alunos, configurando-se como uma organização social aberta e utilizada por todos. O termo inclusão escolar refere-se a garantia dos direitos de crianças com deficiência ao acesso à educação na escola regular independente de suas necessidades. A escola deve se voltar para os processos da aprendizagem da educação especial, incluindo reflexões de temas relacionados à educação na diversidade em um ponto de vista dos direitos das pessoas. Discutir sobre essa temática é importante para a efetivação dos documentos, que são necessários para a reestruturação do espaço educacional e a implicação de todos os membros do ambiente escolar.

O transtorno espectro autista é alvo de muitas discussões ao longo de muitos anos, o transtorno espectro autista afeta o neurodesenvolvimento da criança e como características apresentam dificuldades nas habilidades da comunicação, interação social, linguagem que são os domínios importantes para o aprendizado. Essas características podem surgir nos primeiros anos de vida da criança, os pais identificam os comportamentos “diferentes” como a falta de contato visual, comportamentos repetitivos, estereotípias e atrasos na linguagem. Dito isto as crianças com diagnóstico TEA enfrentam muitos desafios no período da inserção escolar, é neste momento que se deparam com a falta de profissionais para atender suas especificidades, há muitos professores que não estão preparadas para auxiliar no aprendizado, elaboração e nas estratégias pedagógicas de ensino para incluir essas crianças, entende-se também que a falta de instrumentos pedagógicos fornecidos pela instituição de ensino também tem sido um desafio para os professores.

Desta maneira a escola que deveria lutar contra a exclusão, por muito tempo reforçou neste ambiente a prática do preconceito, discriminação e a exclusão de crianças com deficiências. Faz-se necessário então realizar uma revisão da literatura a respeito dos desafios da inclusão de crianças com transtorno espectro autista na escola, tendo em vista que, atualmente, esse diagnóstico gera muitas questões para a criança, para familiares e para a equipe escolar. Crianças com Transtorno do Espectro Autismo (TEA) passam por desafios nesse período, principalmente, na comunidade escolar, onde os colegas de turma podem excluí-los e a equipe escolar pode não estar preparada para auxiliar nesses casos. A exclusão é algo que gera diversas questões negativas para a criança (TEA), há profissionais capacitados para contribuir com esses casos, em relação ao processo de aprendizagem do TEA a muitas dificuldades por conta dos domínios que são afetados pelo transtorno.

Os objetivos desta pesquisa são identificar os desafios enfrentados na inclusão de crianças com transtorno espectro autista na escola, qual a importância da inclusão para o desenvolvimento dessas crianças, compreender o transtorno espectro autista, analisar os desafios enfrentados na inclusão das crianças autista na escola. Para a realização da pesquisa foi utilizado tipo de pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura de artigos que abordam sobre os desafios da inclusão escolar de crianças TEA. Além disso, foram analisados, artigos, que tratam sobre essa temática e quais as iniciativas que visam a inclusão das crianças portadoras do transtorno espectro autista.

Houve um aumento do número de crianças com autismo nos últimos anos gerando ainda mais situações desafiadoras para escola, desafios esses em relação ao aprendizado. Diante dessas necessidades é importante que para auxiliar nessa responsabilidade de ensinar crianças com TEA, os profissionais que estão envolvidos na educação adotem métodos e estratégias para desenvolver as habilidades desta criança através do ensino do contexto escolar. A partir disso Justifica-se a importância desta pesquisa para apresentar quais os desafios da inclusão escolar, além de passarem por dificuldades em relação ao autismo, diante disso abordar esse assunto é de extrema importância para conscientização dessa temática.

2.CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo será apresentado um breve histórico da educação no Brasil a partir do século XX, onde emerge o nível mundial de defesa a concepção de uma sociedade inclusiva. Nesse período, é fortalecido muitas críticas às práticas de segregação dos estudantes com deficiências, que eram encaminhados para ambientes especiais, os separando dos demais alunos. Surgem então questionamentos contra o ensino das escolas que praticavam a exclusão dessas pessoas. Visando enfrentar esse desafio o Brasil iniciou a construção de muitos projetos para superar esses processos históricos de exclusão, a Conferência Mundial de Educação para Todos que ocorreu em na Tailândia Jomtien (1990) chamou a atenção dos vários países para os níveis altos de crianças, adolescentes e jovens sem o acesso á escola, desta maneira essa conferencia foi objetivada para promover mudanças no sistema de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos no contexto escolar (SANTOS; AGAPITO, 2022).

A educação se trata de um direito fundamental para sociedade, fundada na Constituição Federal de (1988), está presente em diversos documentos nacionais, sendo declarado universalmente como um direito que contribui para o desenvolvimento e mudança social de todos. (SILVA, 2014). De acordo com Santos e Agapito (2022) a Constituição Federal do Brasil (1988) propõe que a educação é um meio para assegurar que pessoas com deficiências tenham acesso á educação. Portanto os deveres da constituição Federal Brasileira são:

Educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos que não tiveram acesso na idade própria; b) progressiva universalização do ensino médio gratuito; c) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; d) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; e) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; f) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; g) atendimento ao educando, em todas as etapas da

educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal Brasileira oferta o atendimento educacional as crianças com deficiências na rede regular de ensino infantil, atendimentos as necessidades do educando por meio de programas, material didático escolar, alimentação, transporte e assistência à saúde (BRASIL, 1988). Ainda sobre a perspectiva da Constituição Federal Brasileira em seu artigo 206, tem os seguintes princípios básicos norteados do ensino brasileiro como:

a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; b) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; c) o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; d) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; e) valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; f) gestão democrática do ensino público, na forma da lei; g) garantia de padrão de qualidade; h) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988).

Desta forma, nota-se que a educação na escola tem sido uma ferramenta importante para gerar transformação no indivíduo, pois possibilita que o mesmo tenha acesso ao conhecimento, aprendizado, desenvolva autonomia, compreensão da realidade e na busca de seus interesses (MATOS; MENDES, 2014). Sendo assim a educação interfere sobre a sociedade e contribui para a transformação dela. Nos estudos apontados pelos autores Matos e Mendes (2014) o Brasil é um dos assinantes de vários documentos internacionais que visam realizar políticas públicas para atender ao direito educacional das crianças com deficiência, no sentido de incluí-las nos diversos ambientes sociais, de maneira que exerçam seus direitos civis, sociais, econômicos na sociedade.

Esses documentos carregam os princípios do combate no que ocorre dentro do contexto escolar, a discriminação, preconceito, exclusão das pessoas com deficiências (PCDs). Através de muitas ações buscou-se mudar esse cenário da educação Brasileira, para garantir o respeito, acolhimento, inclusão independentemente das deficiências sejam elas físicas, intelectual, social, emocional entre outras (NASCIMENTO; DE SOUZA, 2018). As principais referências a respeito à educação de qualidade se constituiu através de discussões acerca das políticas educacionais que consolidam a necessidade de desenvolver e implementar ações que sejam voltadas para a divulgação do acesso à escola, no âmbito do ensino fundamental (SANTOS; AGAPITO, 2022).

De acordo com Cesar (2021) a Declaração de Salamanca ocorreu em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Consequentemente essa declaração foi a referência para a modificação no cenário da inclusão escolar, de modo que as pessoas (PCDs) tivessem acesso aos direitos. Esse documento afirma que a prática da educação inclusiva é o meio mais competente para se combater essa discriminação, e fornecer uma educação sem desigualdade (NASCIMENTO; DE SOUZA, 2018).

Esse movimento político visou a aquisição dos objetivos para garantir o acesso à educação de qualidade por meios de investigação acerca dessa temática, contestando a falta da educação para os que necessitam. Além disso, cada criança possui interesses, habilidades e necessidades que se difere, e como dever os sistemas educacionais devem constituir tipos de programas que atendam às necessidades de todos (CESAR, 2021). É essencial que as escolas tenham como princípio ser esse ambiente que privilegia a todos e não tenham práticas que ocultem aqueles que portam algum tipo de necessidades especiais.

A Declaração de Salamanca estabelece a justificativa para a educação inclusiva, sua missão e as Diretrizes para Atividade nos níveis Regional e Internacional estabelecidas nos capítulos III – 7:

Um princípio fundamental da escola inclusiva é que todas as crianças devem estudar juntas sempre que possível, independentemente de quaisquer obstáculos ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem identificar e atender às diversas necessidades de seus estudantes, acomodando estilos e ritmos de aprendizagem e garantindo educação de qualidade para todos por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e colaboração com as comunidades (ANUNCIAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Diante disto a Declaração de Salamanca visa a educação inclusiva como dever de assegurar que haja uma educação de qualidade e que a aprendizagem dessas pessoas não seja comprometida e que limitações não sejam empecilhos para não ter acesso ao atendimento na rede regular, estando a disposição os recursos adequados e preparados e que escola receba cada criança independentemente de sua dificuldade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A Convenção da Guatemala (1999), foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, que afirma os direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas (PCDs), definindo como discriminação toda prática de diferenciação ou exclusão que impeça ou anule o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais (SANTOS; AGAPITO, 2022). Este Decreto teve uma repercussão muito relevante para educação, fazendo com que houvesse uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 2007).

Como resultado de muitas lutas e manifestações na busca da inclusão de crianças (PCDs) nas escolas, surgiu o Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996), revogado pelo Decreto nº 4.229 13 de maio de 2002. Os principais objetivos deste programa visam a redução da discriminação, violência e da intolerância, ao levar em consideração os direitos e deveres constitucionais e a plena realização da cidadania (MATOS; MENDES, 2014). Desta maneira percebe-se o progresso da legislação brasileira e dos órgãos pertinentes que buscou proteger os direitos das pessoas (PCDs), com o intuito fornecer acesso as oportunidades que vão contribuir para o desenvolvimento. Desde então, diversos países têm seguido essa legislação, criando suas próprias leis de inclusão social e educacional, como é o caso do Brasil (MATOS; MENDES, 2014).

3. INCLUSÃO ESCOLAR

Para Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) por muito tempo as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade de forma preconceituosa, sendo discriminadas e privadas do acesso à educação que é um direito de todo ser humano. Através de movimentos, leis e projetos essa prática excludente foi sendo modificada, e os direitos das pessoas (PCDs) passam a serem acompanhados com maior prioridade.

De acordo com Santos e Agapito (2022) a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015) reafirma os direitos para pessoas com deficiência, incluindo aquelas que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa lei reconhece a igualdade de direitos e oportunidades para os autistas, e ajuda a assegurar a inclusão social por meio do acesso à educação, saúde, trabalho, mobilidade e muitos outros.

Esta lei visa garantir o planejamento de estudos de caso, desenvolvimento de plano de atendimento educativo especializado, estabelecimento de recursos e serviços garantindo a acessibilidade e disponibilidade de recursos de tecnologia assistida, bem como sua usabilidade pedagógica, participação dos alunos com deficiência e seus familiares nas diversas ações da comunidade escolar, aceitação de práticas pedagógicas inclusivas por meio de programas de formação básica e continuada, bem como a oferta de formação continuada para serviços de educação especializada, igualdade de acesso das pessoas com deficiências ao jogo e às atividades recreativas, esportivos e de lazer na rede escolar (SANTOS; AGAPITO, 2022). No entanto, essas leis, muitas vezes, precisam ser implementadas de forma mais efetiva nas instituições educacionais. O desafio agora é fazer com que elas sejam aplicadas integralmente, de forma a garantir que todas as crianças autistas tenham o direito de estudar, aprender e se desenvolver em um ambiente inclusivo e igualitário (SANTOS; AGAPITO, 2022).

Em vista dos direitos das crianças com necessidades especiais, ancorados nas leis brasileiras, bem como a natureza de discriminação e preconceito presentes historicamente na sociedade e no ambiente escolar, faz-se necessário identificar as iniciativas que vem sendo implementados nas últimas décadas, a fim de inserir as crianças com deficiência nos ambientes escolares, e futuramente também nos ambientes profissionais (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018). Neste sentido a inclusão escolar tem sido um tema muito abordado nos últimos anos no ramo da educação.

Sendo assim as escolas devem promover soluções a respeito da inclusão desses estudantes através de projetos visem as mudanças no contexto escolar. O processo de inclusão escolar iniciou-se na década de 1990 nos Estados Unidos, através de fatos históricos, e da criação de documentos e conferências que consentiram debates acerca da educação especial, das intervenções a serem trabalhadas em conjunto com a criança, com a equipe visando a participação de todos (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018). De acordo com Mendes e Matos (2018) a inclusão escolar se tornou essencial para crianças (PCDs) pois por meio dela é possível desenvolver potencialidades e aptidões em meio à sociedade, preparando-as para o exercício da cidadania bem como obter melhores condições de reivindicar os direitos.

A inclusão escolar deve ter como objetivo as questões do ensino-aprendizagem dos alunos que fazem parte da educação especial e inclui considerações acerca de temas relacionados à educação na heterogeneidade, em um ponto de vista dos direitos humanos, com debates relacionados a desdobramentos importantes para a sua concretização, faz necessários uma reorganização do espaço educacional e o comprometimento de todos os sujeitos da comunidade escolar (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018).

Portanto é necessário que os docentes se adaptem as singulares de seus alunos, o que tem repercutido no ensino-aprendizado e as atitudes preconceituosas em relações ao aluno no contexto escolar, deixando de lado as crenças sobre deficiências e desfazendo esse olhar preconceituoso (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020). Assim Nascimento e De Souza (2018) ressaltam que para uma escola ser realmente inclusiva, ela precisa fazer com que as crianças aprendam juntas com outros colegas de sala, sendo indispensável o reconhecimento e o respeito às dificuldades de cada aluno. Esse respeito é possível, ao se utilizar recursos apropriados para o aluno autista.

Para Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) a prática de inserir um aluno com deficiência em uma instituição regular não pode ser realizada como uma obrigação, mas

ser uma prática que apoia e estejam voltadas para as diversidades. Portanto os processos de inclusão de alunos autistas apresentam muitos desafios, pois essas atitudes precisam ser realizadas por todos profissionais envolvidos no ensino-aprendizagem do contexto escolar (BENITEZ; DOMENICONI, 2015).

De acordo com os estudos de Silva (2014) fica evidente o quanto o ambiente escolar deve ser um ambiente de acolhimento, respeito, empatia e não fortalecer as práticas discriminatórias contra crianças com algum tipo de deficiência, crianças bem-dotadas, crianças que vivem em situação de ruas, crianças de populações distantes, grupos de crianças de zonas rurais desfavorecidas (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

Vale ressaltar qual é o significado do termo Educação Especial, pois muitas vezes esse termo não é compreendido, sendo assim a educação especial um conjunto de serviços e recursos especiais utilizados para substituir os serviços comuns educacionais relacionados as crianças (PCDs) visam apoiar, suplementar para garantir a educação formal dos alunos que apresentam especificidades e necessidades diferentes uns dos outros (MATOS; MENDES, 2014). O ponto de vista da educação inclusiva, a atual política nacional de educação especial interpreta a educação especial como um método de ensino que permeia todos os níveis etapas e métodos, oferece atendimento educacional especial, fornece serviços e recursos especiais para isso e orienta os alunos no comum salas de aula do ensino regular sobre seu uso (MATOS; MENDES, 2014).

A educação inclusiva é um conceito que está sempre em movimento, porque, para desenvolver uma educação inclusiva, é preciso perceber de fato quem está de fora. Sabem-se que a educação é direito de todos, mas ainda há uma grande parcela de crianças que passa despercebidas, principalmente em casos de pessoas com deficiências, que precisam lutar para que tenham os direitos iguais a todos (NASCIMENTO; SOUZA, 2018).

Acerca disso é necessário que os professores tenham em mente que as atividades realizadas com a criança autista, visem ensinar e fazer com que elas consigam se tornar mais independente, podendo assim reproduzir essa habilidade aprendida em casa em suas atividades cotidianas. Entende-se que a escola regular deve acolher todos os tipos de alunos e fornecer situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, vez que a educação, é também, um processo social (SANTOS; AGAPITO, 2022). Até pouco tempo na história da educação a única alternativa para

esses alunos (PCDs) era a escola especial, escola segregada, que fez um papel muito importante, mas a escola que separa, limita muito o convívio, a interação e a troca dos estudantes com o restante da comunidade escolar e essas são peças fundamentais para que o aluno precisa desenvolver (NASCIMENTO; SOUZA, 2018).

4. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O atendimento especializado é um campo de atuação específico para a educação especial, diferente do ensino comum, esse atendimento é voltado para o aluno com deficiência. No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), regulamentou o atendimento educacional das pessoas (PCDs) dentro do sistema geral de ensino (MATOS; MENDES, 2014).

Apesar disso, após 10 anos, foi promulgada a lei nº 5.692/71, que modifica a lei de Orientação e bases da educação Nacional (nº 4.024/61), definindo o atendimento especializado aos alunos (PCDs) como um instrumento que promove a organização de um sistema educativo. Que não é capaz de satisfazer as necessidades educacionais destas crianças, reforçando assim a sua orientação para outros lugares que não o ensino regular (SANTOS; AGAPITO, 2022). Em 1973, foi criado no MEC o centro Nacional de Educação Especial - CENESP, responsável pela gestão da educação especial no Brasil, que, sob a égide da integração, promovia ações educacionais voltadas para pessoas com deficiência e superdotação, ainda moldado por causas sociais e ações estatais isoladas (SANTOS; AGAPITO, 2022).

Nessa perspectiva, o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, define educação especial como a educação escolar ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, para os alunos com deficiências, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996). Contudo, o §2º, deste mesmo artigo, aduz que o atendimento educacional deve ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, voltados sempre em quais são as condições específicas de cada aluno, se não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

Dito isso, entende-se que a escola regular deve acolher todos os tipos de alunos e fornecer situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, vez que a educação, é também, um processo social.

No entanto, a convenção das nações ligadas sobre os direitos das Pessoas com Deficiência passou a adaptar o termo "pessoa com deficiência" para defender e assegurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência e promover o respeito por sua dignidade. Pessoas com deficiências são aquelas que possuem uma deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo que, em interação com várias barreiras, pode impedir sua participação plena e efetiva (MATOS; MENDES, 2014).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um direito aos estudantes brasileiros com deficiência desde educação infantil ao ensino de nível superior, público, privado. A política surge da necessidade de atender ao público com algum tipo de deficiência. A inclusão requer serviços especializados de apoio a esses alunos, recursos diferenciados, o professor de (AEE) (professor de atendimento educacional especializado) tem por objetivo organizar o ensino com base em fornecer suportes para os alunos com deficiências (SANTOS; AGAPITO, 2022).

A oferta desse Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto no art. 208 da CF/88, é direcionado às pessoas portadoras de deficiência (física, mental, sensorial), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, conforme o art. 4º da Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de

Educação – CEB/CNE. Importa ressaltar que essa resolução “institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial” (BRASIL, 2009).

É possível definir o (AEE) como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente para complementar à formação dos estudantes com deficiência e suplementar à daqueles com altas habilidades, com o fim útil de promover condições de acesso, participação e aprendizagem com o apoio de especialistas conforme a necessidade individual do estudante (MATOS; MENDES, 2014).

O atendimento especializado como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente para

complementar à formação dos estudantes com deficiência e suplementar à daqueles com altas habilidades, com o fim útil de promover condições de acesso, participação e aprendizagem com o apoio de especialistas conforme a necessidade individual do estudante. (BRASIL, 2011).

Destarte, o atendimento educacional não pode substituir o ensino regular, portanto, deverá ser oferecido no turno oposto ao do ensino regular ofertado, quer na própria escola que o aluno estuda, em outra escola do ensino regular, convencional ou filantrópica sem fins lucrativos. Todavia, [...], deve ser feito, preferencialmente, na rede regular de ensino”. (SILVA, 2011).

Em suma, partindo do que aduz o Ministério da Educação, esse atendimento, tem como objetivo “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”; além de complementar e/ou suplementar “a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela”. (Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica, 2008, p. 1)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, destina o capítulo V a educação especial. As ações propostas neste capítulo demonstram a abertura do processo de atendimento educacional e a garantia de introduzir nele inovações, objetivar e assegurar maiores possibilidades de integração do portador de necessidades especiais à sociedade (BRASIL, 1996). Porém, para que seja um direito efetivo é necessário organizar estratégias para construir, dentro da escola regular, conhecimento a partir de adaptações e adequações (BENITEZ; DOMENICONI, 2015).

Para que o ambiente escolar seja inclusivo é necessário que demonstre seja acessível para todos, isso deve acontecer desde a recepção até os recursos que favoreçam o ensino e a aprendizagem do aluno (BENITEZ; DOMENICONI, 2015). Portanto, é preciso que a escola favoreça o aluno com um ambiente adequado que atenda as diversidades, que tenha materiais e recursos disponíveis para facilitar o processo de ensino e aprendizagem daqueles que frequentam a escola para que possam se utilizar dela de forma autônoma.

Nesse contexto, objetivando um maior alcance da aprendizagem, foram criadas as salas de recurso multifuncional, que funcionam em contra turno ao ensino comum do aluno matriculado, e diz respeito à um espaço organizado com material didático,

profissionais, tecnológicos, de acessibilidade, objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado (MATOS; MENDES, 2014). Sendo assim o professor de apoio deve fornecer o atendimento mais individualizado ao aluno que dele precise. A escola inclusiva é uma escola comum que deve acolher todos os tipos de alunos, independentemente de sua deficiência. E neste ambiente desenvolver práticas que favoreçam e respeitem o ritmo, estilo e diferenças de cada aluno. Nesse sentido, o professor de apoio visa fornecer um atendimento mais individualizado ao aluno que dele precisa (SANTOS; AGAPITO, 2022).

5. TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA

A educação das pessoas com autismo e outros transtornos profundos provavelmente exige mais recursos do que são necessários em qualquer outra alteração ou atraso evolutivo. Às vezes, embora ocorram aquisições funcionais e um abrandamento dos traços autistas, os progressos são muito lentos. Aparentemente, podem ser mínimos quando comparados ao quadro do desenvolvimento normal. O problema da educação das crianças autistas não pode ser compreendido apenas em termos econômicos. Trata-se, na realidade, de um problema essencialmente qualitativo. (PIECZARKA; VALDIVIESO, 2021).

O transtorno espectro autista autismo tem sido objeto de muitas discussões, pesquisas e controvérsias ao longo de muitos anos. Os estudos sobre o autismo se iniciaram a partir dos Leo Kanner (1943) Hans Asperger, (1944), através das divulgações seus estudos contribuem até os dias atuais sobre o autismo. Kanner analisou 11 crianças onde observou que ambas apresentavam comportamentos similares e aponta como sendo as principais características marcantes do autismo a interação social, alterações na comunicação e linguagem, movimentos repetitivos e estereotipados (SILLOS, et al. 2020).

O autismo é considerado uma “síndrome”, o que significa que suas características variam de acordo com cada criança. Algumas crianças apresentam sintomas mais leves, enquanto outras podem apresentar maior dificuldades no convívio social e comportamentos mais restritivos. Isso faz com que o diagnóstico seja bastante complexo, exigindo uma avaliação criteriosa por profissionais especializados (CARVALHO et al. 2017). Para que uma criança seja diagnosticada com o autismo e necessário passar por vários profissionais. Segundo Carvalho et al (2017, p.35) “ Um número cada vez maior de profissionais tem defendido que a forma mais adequada de se estabelecer o diagnóstico do autismo é a interdisciplinar, incluindo na equipe pelo menos um neuropediatra e um

psicólogo especialista em distúrbios do desenvolvimento” (CARVALHO et al. 2017, p. 35) Após a criança apresentar traços do autismo é importante que ela seja encaminhada para um neuropediatra, que realizará a avaliação dos comportamentos da criança e também por meio das entrevistas com os pais. Feito isto a criança é encaminhada para o profissional de psicologia.

É importante ressaltar que não existe exames que comprovem o autismo e sim instrumentos que são utilizados para fazer o rastreio, sendo eles a Escala de Avaliação para Autismo Infantil conhecido como a sigla (CAR) é uma escala composta por 15 itens que variam de 15 a 60 pontos, na qual o autismo é classificado pelo resultado de seus pontos. Escala de Traços Autísticos (ATA) onde a pontuação varia de 0 a 15, em que 0 representa ausência de sintomas do autismo e 2 se houver mais de um sintoma em cada um dos 36 itens (SILLOS et al, 2020). Outros instrumentos utilizados para para o rastreio são a Avaliação de Tratamentos do Autismo (ATEC) é um método utilizado para avaliar a eficácia dos tratamentos do autismo, contemplando 77 questões, mas que não é reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, por não ter padronização brasileira.

A também a Lista de Checagem de Comportamento Autístico (ABC ou ICA) que é um questionário formado por 57 itens, que se baseia na análise do comportamento dos indivíduos, trata-se de um método capaz de identificar indivíduos com alto perfil autista. Também o Protocolo de Observação para o Diagnóstico de Autismo que avalia comportamentos sociais e de comunicação da criança e do adulto autismo, através de duas linhas: diagnóstico e investigação (SILLOS et al, 2020).

E por último utiliza-se a escala para Rastreamento de Autismo Modificada - MCHAT35 que utilizada para realizar o diagnóstico precocemente em casos de crianças com 1 a 2 anos (SILLOS et al, 2020) Para Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) os pais e os familiares são os primeiros a observarem alguns sinais do autismo em seus filhos ainda bebê como, por exemplo, ausência do contato visual, quando chamado pelo nome, pouca interação, movimentos repetitivos. Por se tratar de um transtorno complexo, com manifestações em níveis diversos e idiossincráticos, nem sempre é fácil reconhecer um caso de TEA que pode aparecer nos primeiros meses de vida, com sintomas mais expressivos por volta dos três anos de idade. A criança tem dificuldade para se comunicar, praticamente não tem comunicação verbal e gestual, tem dificuldade em sustentar contato visual e interagir com os outros (NASCIMENTO; DE SOUZA, 2018)

Há casos difíceis de ser identificado antes dos três anos, devido a alguns profissionais terem dificuldades em identificar os sintomas. O quanto mais precoce for o diagnóstico e a identificação do autismo o tratamento terá mais eficiência pois em fases de plasticidade neural a criança apresenta melhores resultados diante dos efeitos das intervenções (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

As dificuldades no diagnóstico surgem muitas vezes pelo desconhecimento do desenvolvimento típico da comunicação infantil, o que leva a uma atenção dividida (gestos espontâneos, olhares e comentários destinados a partilhar curiosidade sobre o que se passa à sua volta), balbuciar aos 12 meses, produção de palavras isoladas aos 16 meses, bem como a colocação de duas palavras uma ao lado da outra para fins de comunicação e presença de faz de conta aos 18 meses. Algumas dessas crianças com o autismo apresentam pouco engajamento cooperativo e pouca participação em atividades culturais e simbólicas. A perda de aptidões verbais, de comunicação e sociais em qualquer idade é um sinal de alerta e requer atenção (CARVALHO et al. 2017).

Para Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) consideram importante destacar que o autismo é uma síndrome que não tem cura, mas com as intervenções realizadas precocemente e de forma adequada pode ajudar a melhorar significativamente o prognóstico a longo prazo da criança. Para Carvalho et al. (2017) reconhecer a importância da intervenção precoce concebida como um sistema coordenado de serviços para promover o desenvolvimento de crianças de zero a cinco anos. Os objetivos desse sistema incluem estimular as aptidões da criança minimizar suas carências e capacitar ou fortalecer a família (CARVALHO et al. 2017 p. 35).

As causas do autismo ainda são desconhecidas, embora muitos estudos acreditam que sejam combinações de fatores genéticos e ambientais, o papel da genética no autismo ainda seja objeto de investigação, sabe-se que algumas condições médicas conhecidas por ter uma base genética estão associadas a um risco aumentado de TEA. Por exemplo, a síndrome de Down, síndrome de Rett e a esclerose tuberosa. Outros estudos acreditam que os fatores ambientais, incluindo idade avançada do pai, complicações no parto, a exposição a toxinas, uso de drogas, infecções (Dst) durante a gravidez, podem aumentar o risco do (TEA) (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

Para Carvalho et al. (2017) o autismo é muito complexo e apresenta múltiplas etiologias, acreditando também que o autismo tem influência de combinações genéticas. Mas até o momento não tem como a causa do autismo somente os fatores genéticos, sendo

assim sua identificação e o diagnóstico são baseados nos comportamentos da criança e o seu desenvolvimento. Sabem-se que o autismo influencia três domínios do desenvolvimento humano: a interação social no qual a criança autista prefere se isolar, tem dificuldades em interagir-se socialmente; o domínio da linguagem e comunicação sendo elas a verbal e não verbal, no sentido de que alguns indivíduos com autismo durante a sua vida não desenvolvem a linguagem; por fim, o domínio do pensamento e do comportamento onde a criança (TEA) apresentam rigidez em seus comportamentos, sendo muitas vezes repetitivos e ritualistas, apresentando também dificuldades em jogos simbólicos e atrasos intelectuais (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

Muitas crianças autistas podem apresentar comprometimentos na parte intelectual como por exemplo atrasos na fala, dificuldade na compreensão da linguagem do outro, dificuldades na coordenação motora como a marcha atípica e outros sinais motores. O autismo se manifesta de forma diferente para cada criança até aquelas consideradas muito inteligentes apresentam alguma dificuldade. Outras podem apresentar o comportamento auto lesivo como morder as mãos, chutar, bater a cabeça ou orelhas, puxar os cabelos (CARVALHO et al. 2017).

Para Carvalho et al (2017) a criança apresenta outras dificuldades em relação ao autismo algumas outras características são assistidas em crianças com diagnóstico de TEA. Dentre eles, destacam-se: dificuldade em mudar de atividade, permanência excessiva na mesma brincadeira, comportamentos de morder, pontapear, alinhar uma série de objetos sempre da mesma forma e de forma repetitiva), manipular partes de objetos, não participar e compartilhar no jogo social, incapacidade de identificar suas emoções, disfunções na atenção, labilidade emocional, alteração na prosódia, entonação, velocidade, no ritmo vocabulário limitado, emissão de frases aprendidas e colocadas fora de contexto e repetidas e ecolalia imediata ou tardia.

Conforme o DSM-5 “o transtorno do espectro autista é diagnosticado quatro vezes mais frequentemente no sexo masculino do que no feminino” (DSM-5, 2014, p. 57). Sendo assim há estudos que constataam que meninas têm menor predisposição em apresentar deficiência intelectual, desse modo em alguns casos do TEA em meninas não apresentam implicações intelectuais, ou acompanhamento de atrasos na linguagem, sendo assim o transtorno não é identificado, talvez devido à manifestação ser mais leve nas dificuldades sociais e na comunicação (DSM-5, 2014).

Ademais, há sintomas clássicos do autismo que dificultam a interação do TEA com outras pessoas, como na escola há a dificuldade de comunicação entre os colegas, na interação social problemas relacionados com a comunicação verbal e não verbal, atividades e interesses restritos. Podem ter dificuldades em manter um diálogo e o contato visual (PEREZ, 2022).

Os autores ainda expõem que, em alguns casos, a audição é afetada, aonde chegam a parecer surdos, além de dificuldade na visão, e podendo ser sensíveis ao tato, ademais, há dificuldades com coordenação motora, cognitivo, linguagem, alimentação e a complicação dos autistas em imitar movimentos motores de outros indivíduos (PEREZ, 2022). Todas essas características dificultam a interação com outros sujeitos. As crianças com autismo não evoluem redes neurais ou estruturas de atenção direcionadas para atividades sociais. É entendido que quanto maior a diferença entre uma criança autista e uma criança com desenvolvimento típico, mais os padrões de resposta neural diferem.

Quanto mais a criança estiver ativa e efetivamente envolvida em seu ambiente, maiores serão suas oportunidades de aprender. Além disso, crianças com TEA mostram o processamento deficiente de informações sensoriais de certos estímulos externos, interpretando-os de jeito bastante diferente de outras crianças. Assim, a hipersensibilidade a estímulos sensoriais é notada em graus variados, como olhar fixamente para movimentos, luzes e água corrente, jogar areia repetidamente entre os dedos, demonstrar atratividade ou retraimento por timbres, luzes, texturas, cheiros. (DE CARVALHO et al. 2017).

Diante disso, se faz necessário compreender as várias características do sujeito para saber como intervir nesses casos, obedecendo a seu tempo e buscando o melhor trabalho possível com esses indivíduos, para que a prática de exclusão seja descartada. Compreender o que é o TEA auxiliará no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dessa criança e adolescente (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

6. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS TEA NA ESCOLA

Para Carvalho et al. (2017) com as efetivações das leis de inclusão no Brasil, os números de crianças com autismo matriculados na escola regular aumentaram “Estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014) revelam um aumento considerável nas matrículas de crianças com deficiência no Brasil, sendo que este número cresceu de 23% no ano de 2003, para 81% no ano de 2015” (CARVALHO et al. 2017, p.36).

Todavia a inclusão dessas crianças deve ir além de somente matricula-las na escola, e coloca-las na sala de aula. A escola deve almejar o aprendizado, o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicação, superação das dificuldades, auxiliando o desenvolvimento das potencialidades da criança. Esse processo de incluir o TEA tem sido indicado por vários profissionais por ser comprovado que a escola tem um papel muito importante para desenvolver as habilidades que são afetadas pelo autismo (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

O autismo por ser uma síndrome comportamental, apresentam padrões comportamentais diferentes para cada criança, sendo assim os professores enfrentam desafios em como trabalhar com o aluno com TEA, embora os professores acreditem que incluir gere benefícios para a criança TEA ainda há muitos desafios a serem enfrentados (MATOS; MENDES, 2014).

De acordo com Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) os desafios enfrentados pela criança TEA ao serem inseridas na escola está relacionado a falta de docentes que tenham conhecimento em relação ao (TEA), a muitos docentes com crenças negativas que interferem na atuação pedagógica dos docentes, muitos têm ideias distorcidas a respeito da comunicação e linguagem destes alunos. Sendo assim é importante que os

profissionais tenham interesse em pesquisar e se aprofundar no assunto para compreender quais as limitações da criança, quais as possibilidades para ensinar e a melhor forma que condiz com as necessidades apresentadas por elas. Realizando essa busca é possível que o professor crie vínculos, tenham uma boa relação com todos da turma, para assim conseguir então elaborar quais os métodos, estratégias serão possíveis de serem aplicadas para desenvolver o aprendizado da turma e da criança (TEA) (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

O empenho e a busca ativa dos docentes, portanto, são essenciais para permitir interações que possibilitem o crescimento e o aprendizado de ambos nesse processo. Então o professor começa a perceber qual é o seu papel nas relações que constrói com seus alunos. Começar a entrar no mundo simbólico dos alunos por meio de suas ações pedagógicas beneficia esse processo. Como relação dialética, permite ao professor reconhecer também as suas vulnerabilidades, deixando-se afetar no / pelo processo erigindo um novo olhar sobre si e sobre o mundo convertendo o seu percurso num exercício de aprendizagem constante, não esgotando a condição do aluno (PIECZARKA; VALDIVIESO, 2021).

Sabe-se que existe uma falha relacionada a capacitação desses profissionais, não há treinamentos, capacitações, cursos, para os docentes que estão envolvidos na inclusão dos alunos com TEA, e sem dúvida isto é um dos desafios enfrentados por essas crianças. A falta de profissional preparados e capacitados para receber essas crianças no ensino regular (MATOS; MENDES, 2014).

A Declaração da Salamanca (1994) destacava que é essencial a formação dos docentes para este processo de incluir. Pois sem a qualificação adequada, os docentes não são capazes de trabalhar a inclusão das diferenças (MATOS; MENDES, 2014). É importante que os docentes busquem os conhecimentos em relação ao TEA, essa busca pode ser realizada através de cursos que abordem sobre o que é o autismo, características entre outras informações que sejam relevantes para se elaborar a melhor forma de ensinar.

E também realizar buscas para compreender quais as formas de lidar, quais matérias, atividades para o ensino dessas crianças (BENITEZ; DOMENICONI, 2015). Essa postura dos docentes em tomar decisões conscientes de que a educação é uma intervenção no processo pelo qual se busca a formação humana e a autonomia dos alunos.

E buscar diferentes criações de aprendizagem que tendem a apresentar paradigmas polarizadores, centrados no aluno e docente (PIECZARKA; VALDIVIESO, 2021).

O trabalho entre os docentes, auxiliares e a educadora especial deve ser em conjunto visando o aprendizado desses alunos. Pois para que a educação de fato seja inclusiva, tenha a participação e envolvimento dos diferentes agentes educativos. Quando o comportamento desses agentes é congruente e interdependente no ambiente escolar, as oportunidades de aprendizado são potencializadas e sustentadas e propagadas ao longo do tempo. Assim, a conduta de cada agente educacional deve ser baseada nas contingências individuais (BENITEZ; DOMENICONI, 2015).

O papel dos docentes não é somente o de transmitir conhecimento aos alunos mas sim criar as condições para a apropriação do conhecimento pelo aluno. A conquista da autonomia do aluno é pautada pelas oportunidades que ele tem de se apropriar do conhecimento e continuar seu aprendizado, como ele organiza seu repertório e seu ambiente e como ele age ativamente para aprender (PIECZARKA; VALDIVIESO, 2021).

Os docentes devem visar desenvolver nesses alunos as habilidades interpessoais, ensiná-los a terem trocas sociais com outros colegas, intensificando assim a melhora nessas questões de interação social entre a turma e o TEA. (BENITEZ; DOMENICONI, 2015). Neste sentido os docentes devem também preparar os colegas de sala a respeitarem as diferenças dos alunos (TEA), mediando assim a relação entre ambos, assegurando a igualdade dos direitos e deveres dos alunos em aceitar e respeitar, estimular o trabalho em conjunto, eliminando qualquer comportamento discriminatório e preconceituoso contra esses alunos (MATOS; MENDES, 2014).

Sendo assim as relações pautadas no contexto pedagógico devem permitir ao aluno autista o enfrentamento da problematização da realidade e do conhecimento historicamente sistematizado, por meio de situações nas quais ele deve intervir, colaborar e relacionar-se consigo mesmo e com os outros (PIECZARKA; VALDIVIESO, 2021).

Há muitas críticas de diferentes setores sociais acerca da atuação dos docentes, funcionários da educação devido ao despreparo dos profissionais em relação ao ensino das crianças TEA. O processo de tratar os alunos com (TEA) requer planejamento de atividades que devem ser realizadas de forma integrada com a participação dos educadores. Esse processo integrado geralmente tem um efeito positivo no aluno com TEA (MATOS; MENDES, 2014).

Além da formação, outros desafios da inclusão dessas crianças estão relacionados a falta de recursos e materiais de apoio, existe uma precariedade de metodologias e materiais de apoio. Para que tenham esses recursos e preciso haver políticas públicas para garantir a essas crianças o que é de direito. (MATOS; MENDES, 2014). É necessário que para atender essas crianças a instituição forneçam uma boa infraestrutura para incluir esses alunos nas atividades pedagógicas, para que isso aconteça é preciso que sejam realizados projetos inclusivos que atendam às necessidades dessas crianças, que haja o fornecimento de materiais para que os docentes consigam efetivar e elaborar as atividades pedagógicas direcionadas para o (TEA) (BENITEZ; DOMENICONI, 2015). E mesmo com toda a precariedade é possível observar nos estudos mais atuais que a inclusão da criança com (TEA) traz resultados positivos para ela, essa inclusão faz com que o TEA se interaja socialmente com outras crianças da sala, desenvolvendo essa habilidade que é umas das principais para o aprendizado (MATOS; MENDES, 2014).

Nesse sentido que os docentes devem ter compromisso com a aprendizagem, atendam às necessidades de cada aluno e busquem estratégias para desenvolver neles as habilidades e competências necessárias para um bom aprendizado. (MATOS; MENDES, 2014). Sabe-se então que é preciso buscar políticas públicas, projetos para garantir aos profissionais a formação adequada e continuada para os docentes. É um dos principais desafios a serem resolvidos, pois sem esse preparo, não a como haver uma intervenção pedagógica para ensinar esses alunos.

A escola deve ser acolhedora e também inclusiva, mas para que isso aconteça é precisa de um espaço direcionado para atender as necessidades dessas crianças, espaço esse que possibilita o acesso dessas crianças com a produção dos saberes, da socialização, a construção de conhecimento para todos, sem discriminação em um ambiente preparados para recebe-los (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

O autismo afeta três áreas do desenvolvimento: interação social, onde a criança autista opta e se isolar, tendo dificuldades na interação social: a aquisição da linguagem e da comunicação tanto verbal como não verbal, o que faz com que algumas crianças com autismo não desenvolvam a linguagem ao longo da vida por fim, a área do pensamento e do comportamento no qual a criança (TEA) apresenta comportamento rígido, repetitivo e ritualísticos, além de dificuldades nas brincadeiras simbólicas e atrasos intelectuais (CARVALHO et al, 2017).

Crianças autista geralmente têm dificuldade em constituir relacionamentos sociais com os colegas de sala. Essa limitação dificulta o aprendizado e a interação dessa criança com o grupo na escola, que muitas vezes não sabem que esse é um comportamento específico do (TEA). O (TEA) pode procurar relações sociais, mas essas características acabam isolando-os por se comportarem de maneira diferente. Apresentam também uma limitação em perceber pistas sociais, quando alguém gesticula, intenções de outros colegas para se aproximar dele. Resistência e limitações da atividade pedagógicas, capacidade de memorizar grandes quantidades de conteúdo sem significado ou efeito prático, dificuldades motoras e problemas de alimentação (NASCIMENTO; DE SOUZA, 2018).

7. METODOLOGIA

Martins e Teóphilo (2016) abordam que a pesquisa bibliográfica é uma técnica de pesquisa que procura explicar determinado assunto com base em publicações em livros, revistas, sites, artigos entre outros, sendo uma técnica de pesquisa essencial para a condução de qualquer pesquisa científica. Este tipo de pesquisa diz respeito ao conhecimento análise e explicação de contribuições sobre um tema específico.

Neste sentido, Gil (2008) afirma que também nos levantamentos de campo, nos estudos de caso e nas demais modalidades de pesquisa, o uso das bibliografias também não se encerra com o planejamento, mas pode continuar ao longo de todo o processo de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é um meio de formação científica e pode ser aplicada de forma independente por meio de análise teórica, ou como parte de qualquer trabalho científico, objetivando a construção da plataforma teórica do estudo (MARTINS e THEÓPHILO, 2016). O presente estudo será efetivado por meio de uma pesquisa com característica descritiva e exploratória, e segundo Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa descritiva caracteriza-se ao “consistir em investigações de pesquisa imperícia cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais e chaves”, ou seja, os dados e fatos são observados e registrados, e as análises e interpretações são feitas sem a interferência do pesquisador.

O presente projeto se configura como uma pesquisa básica que tem o objetivo de gerar conhecimentos e fornece novos conhecimentos que são úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista (GIL, 1991). Utilizando a pesquisa qualitativa que busca compreender um conjunto de substantivos como a experiência, vivência, senso comum e ação que se baseia nos verbos: compreender, interpretar, e trabalhar

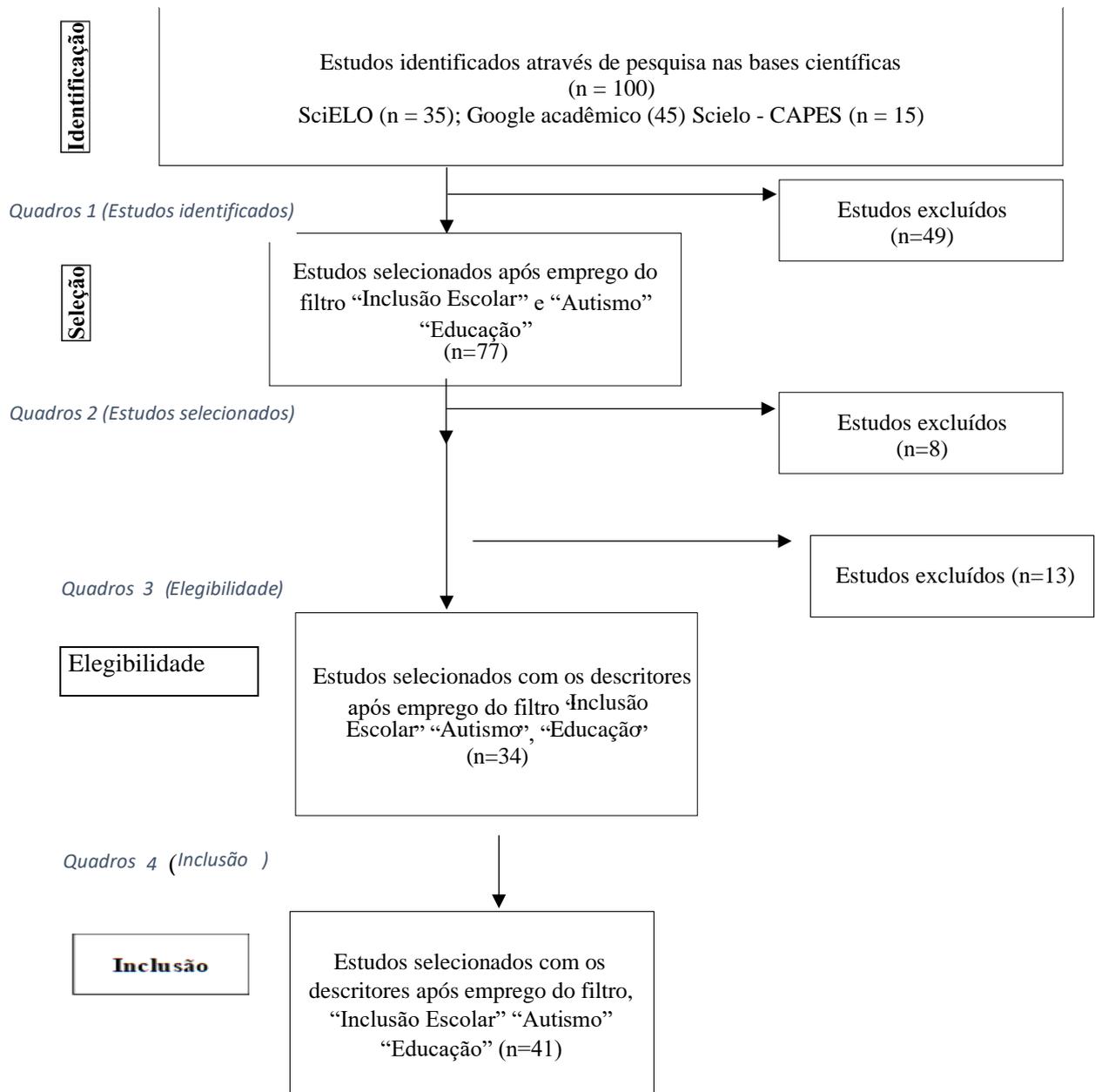
dialeticamente (MINAYO, 2012). Quanto aos procedimentos técnicos será uma pesquisa bibliográfica que é construída com base em materiais que foram elaborados, que fazem partes de artigos científicos e livros. (GIL, 2008). Com o objetivo de uma pesquisa exploratória, que propõe maior familiaridade com o problema apresentado, aprimoramento de ideias e permitindo a criação de hipóteses na pesquisa (GIL, 2002). Este método nos permite trabalhar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, nos propicia a construção de novas abordagens, revisão de conceitos e categorias durante a investigação (MINAYO, 1992).

7.1 Metodologia de Pesquisa

É importante que o processo de investigação seja bem planejada, diminuindo assim possibilidade de surgirem ocorrências que impeçam a conclusão da pesquisa. Para construir o referencial desta pesquisa foram utilizadas literaturas acerca do, autismo, educação inclusão escolar. Para a coleta de dados será utilizada a base de dados Google Acadêmico e Capes onde o critério de busca se deu através dos descritores: Autismo, Educação, Inclusão Escolar, onde foram selecionados artigos no idioma em português, dos quais apresentarem temas relevantes publicados entre 2013 e 2022.

A coleta de dados Segundo Lakatos e Marconi (2003), a coleta é uma etapa da pesquisa onde se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas para levantamento dos dados. Para essa pesquisa é realizada a coleta de dados da seguinte maneira.

7.2 Fluxograma que apresenta como foi feita a triagem das escolhas dos artigos



7.3 Critério de Elegibilidade

Utilizou-se para a coleta de dados os descritores: Autismo, Educação, Inclusão Escolar, A pesquisa será realizada no Google acadêmico e periódicos Capes com recorte temporal de 2018 a 2021 no idioma português brasileiro. Primeiramente para organizar os dados, realizaremos a pesquisa com cada descritor individualmente. Após aplicação

da leitura exploratória será aplicado o critério de inclusão e exclusão, para seleção dos artigos para a escrita dos resultados e discussões do Trabalho de Conclusão de Curso.

8. VISÃO GERAL SOBRE A TEMÁTICA ABORDADA

Realizar essa pesquisa foi muito relevante visto que ainda hoje lidamos com a falta de inclusão escolar de criança com deficiência. Ao analisar a história da educação é possível observar o quanto o sistema educacional foi falho quando relacionado a inclusão de crianças que possuem alguma deficiência, consideradas diferentes, não atendiam o padrão esperado socialmente, essas crianças eram excluídas do contexto escolar, devido o preconceito, a discriminação em relação as suas necessidades (MATOS; MENDES, 2014).

Para Santos e Agapito (2022) as práticas de exclusão ocorrem desde muito tempo contra criança (PCDs), que eram proibidas de participar do ambiente escolar com as crianças consideradas “normais”, surgindo até escolas especializados e privados para separar e limitar o acesso dessas crianças à escola regular.

De acordo com Nascimento e De Souza (2018) o marco da educação inclusiva no Brasil se deu através da constituição de 1988, um documento que declara que a educação é um direito fundamental para todos da sociedade, ela contribui no desenvolvimento da pessoa e gera mudança social. A Constituição Federal Brasileira (1988) assegura as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, acesso à educação, através da oferta gratuita ao atendimento especializado a essas crianças com deficiência na rede regular na educação infantil, creches, escolas, acesso adequado nos níveis mais levados de ensino regular, um atendimento as necessidades de cada um, sendo assim o acesso educação e suas etapas, acessos a programas, materiais pedagógicos, recurso pedagógicos, transporte e alimentação para todos.

Neste sentido Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) afirma que a Constituição Federal Brasileira garante a educação independentemente da cor, raça, condições

econômicas da pessoa, foi através dela que surgiu evolução dos projetos e iniciativas ocorridas no Brasil nas últimas décadas, enfatizam o avanço dos cuidados e a importância da garantia dos direitos humanos das crianças com deficiências, principalmente com relação à educação.

Logo após surgiu a lei das diretrizes e bases da educação a LDB 4024/61 que tinha o objetivo de integrar os alunos então considerados deficientes físicos ou mentais, o governo fornecia apoio financeiro para essas iniciativas que visavam oferecer também uma educação mais inclusiva para todos (MATOS; MENDES. 2014).

Para Matos e Mendes (2014) é importante que as escolas forneçam acesso e condições adequadas para que a criança permaneça na escola, aprendendo, e sendo estimulada através das atividades, materiais educativos e ensino de qualidade. Mas para que isso aconteça o poder público precisa priorizar o investimento em materiais e recursos para que os serviços públicos sejam capazes de oferecer suporte e apoio às instituições públicas a melhorar a qualidade do ensino ofertado (SANTOS; AGAPITO, 2022).

Para Matos e Mendes (2014) a educação é uma ferramenta que produz transformações nas pessoas, o acesso a ela possibilita que todos tenham acesso ao aprendizado, conhecimento, e suas habilidades estimuladas, sendo assim a educação está sempre influenciando e modificando cada pessoa. Para que todas as pessoas tenham acesso a essa educação, foi preciso acorrer muitos movimentos, discussões internacionais e nacionais para que fosse desenvolvida políticas públicas para atender os direitos educacionais das crianças (PCDs) (MATOS; MENDES, 2014).

De acordo com Nascimento e De Souza (2018) há documentos que têm como princípio o combate as práticas excludentes e discriminatórias no contexto escolar, visando incluir e garantir os direitos dessas crianças, neste sentido é importante ter movimentos que lutem pelo respeito as diversidades, seja qual for a especificidade da criança, independentemente da deficiência. É responsabilidade da escola receber esses alunos com acolhimento, respeito, oferecendo uma educação inclusiva e de qualidade livre de qualquer ato discriminatório e preconceituoso.

Para Cesar (2021) as principais referências que busca dos direitos da inclusão escolar envolve a lei de Salamanca ocorreu em 1994, durante a Conferência Mundial sobre necessidades educacionais Especiais. Assim, esta declaração tem sido a referência para transformar o cenário do ensino inclusivo, para que as crianças (PCDs) tenham acesso aos direitos. A documentação declara que as práticas de educação inclusiva são as

ferramentas mais capazes de combater essa discriminação e proporcionar um ensinamento sem desigualdades (NASCIMENTO; DE SOUZA, 2018).

Esse movimento político visava atingir os objetivos de assegurar o acesso à educação de qualidade por meio de pesquisas sobre o assunto desafiando a falta de educação para os necessitados. Além disso, cada criança tem interesses, competências e necessidades diferentes e, como dever, os sistemas educacionais devem produzir tipos de programas que atendam às necessidades de cada um (CESAR, 2021). É imprescindível que a escola opere com o princípio de ser aquele meio que não diferencie os alunos e que não tenha práticas que ocultem quem apresente necessidades específicas.

Um princípio fundamental para que a escola seja inclusiva, é que todas os alunos aprendam juntas, sem barreiras ou diferenciações que possuem. As escolas inclusivas devem identificar e atender às diversas necessidades de seus alunos, adaptar estilos e ritmos de aprendizagem e garantir educação de qualidade para todos por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e colaboração com os grupos (ANUNCIACÃO DE SALAMANCA, 1994).

O Transtorno do espectro do Autista tem sido objeto de muitos debates, pesquisas e controvérsias ao longo dos anos. Os estudos sobre autismo começar com Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944), por meio de publicações para as quais seus estudos sobre autismo contribuem até hoje. Kanner analisou 11 crianças e observou comportamentos semelhantes em ambas, e observou que as principais características do autismo são alterações na interação social, comunicação e linguagem, e movimentos repetitivos e estereotipados (SILLOS, et al, 2020).

Cada vez mais profissionais têm defendido que a forma mais adequada de diagnosticar o autismo é um método interdisciplinar que inclui pelo menos um neuropediatra e um psicólogo especializado em transtornos do desenvolvimento que a criança apresenta sinais de autismo, é importante, ser encaminhado para um neuropediatra que também avalia o comportamento da criança por meio de entrevista com os pais. Feito isso, a criança será encaminhada para um psicólogo (CARVALHO et al. 2017).

Para Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) pais são os primeiros a observar os sinais de autismo em seus filhos pequenos, como falta de contato visual ao ser chamado pelo nome, pouca interação, movimentos repetitivos. Por se tratar de um transtorno complexo, com manifestações em níveis diversos e particulares, nem sempre é fácil identificar um caso de TEA que pode surgir nos primeiros meses de vida, com sintomas mais expressivos

por volta dos três anos de idade. A criança tem dificuldade de comunicação, praticamente não tem comunicação verbal e gestual, tem dificuldade de manter contato visual e tem dificuldade de se comunicar com outras pessoas (NASCIMENTO; DE SOUZA, 2018).

Neste sentido para Carvalho et al, (2017) as dificuldades diagnósticas decorrem, muitas vezes, do desconhecimento da comunicação típica do desenvolvimento do lactente, o que leva a uma atenção dividida (gestos espontâneos, olhares e comentários que visam partilhar a curiosidade sobre o que se passa à sua volta), balbuciar aos 12 meses, e a produção de palavras isoladas. Com 16 meses, e a colocação de duas palavras para efeitos de comunicação e a presença de ficção aos 18 meses. Algumas dessas crianças autistas eram menos cooperativas e menos envolvidas em atividades culturais e simbólicas. A perda de linguagem, comunicação e habilidades sociais são sinais de alerta que requerem atenção em qualquer idade.

Para Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) em alguns casos, é difícil identificar crianças menores de 3 anos, pois é difícil para alguns especialistas identificar os sintomas. Quanto mais cedo for o diagnóstico e identificação do autismo, mais eficiente será o tratamento, pois nas fases de maleabilidade neural, a criança apresenta melhores resultados em relação aos resultados das intervenções.

Ainda sob os estudos dos autores Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) consideram importante ressaltar que o autismo é uma síndrome incurável, mas com as intervenções realizadas precocemente e de forma adequada pode ajudar a melhorar o prognóstico do autismo na criança. Para Carvalho et al. (2017) reconhecer a importância da intervenção precoce concebida como um sistema coordenado de serviços para promover o desenvolvimento de crianças de zero a cinco anos. Os objetivos desse sistema incluem estimular as habilidades da criança minimizar suas necessidades e empoderar ou fortalecer a família.

Sabe-se que o autismo afeta três áreas do desenvolvimento humano: a interação social, onde a criança autista prefere se isolar e tem dificuldade de interagir socialmente; a aquisição da linguagem e da comunicação tanto verbal quanto não verbal, fazendo com que alguns autistas não desenvolverem a linguagem natural ao longo da vida por fim, a área de pensamento e comportamento, onde a criança (TEA) apresenta comportamento rígido, muitas vezes repetitivo e ritualístico, e dificuldades em jogos simbólicos e atrasos intelectuais (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

De acordo com Carvalho et al (2017) algumas outras características também são encontradas em crianças diagnosticadas com TEA. Dentre eles, destacam-se: dificuldade na troca de atividades, constância excessiva em uma mesma brincadeira, comportamentos de morder, chutar, ou alinhar objetos entre si de maneira igual e repetitiva, manipulação de partes de objetos, falta de participação e compartilhamento em jogos sociais, inabilidade de identificar as próprias emoções, distúrbios de atenção, labilidade emocional, alterações na prosódia, entonação, velocidade, vocabulário restringido no ritmo emissão de frases aprendidas fora de contexto e ecolalia repetitiva e imediata ou tardia.

Muitas crianças com autismo podem ter déficits intelectual, como atrasos na linguagem dificuldade em entender a linguagem dos outros, dificuldade em coordenar movimentos motores, como marcha anormal e outros sintomas motores. O autismo se manifesta de maneira diferente em cada criança, e mesmo as crianças consideradas muito inteligentes sofrem até certo ponto. Outros podem se envolver em comportamentos autodestrutivos, como morder as mãos chutar, bater na cabeça ou nas orelhas ou puxar os cabelos (CARVALHO et al. 2017).

Para Gomez e Terán (2014) destacam ainda que, em alguns casos, a audição é afetada, apresentam surdez, além de dificuldades visuais, podendo ser sensíveis ao tato, além disso, há dificuldades na coordenação motora, cognitiva, de linguagem, alimentação e na complicação de pessoas autistas para imitar os movimentos motores de outras pessoas. Todas essas características dificultavam a interação com outros sujeitos. Crianças com autismo não desenvolvem redes neurais ou estruturas de atenção direcionadas para atividades sociais.

De acordo com os estudos de Silva (2014), fica evidente como o ambiente escolar deve então ser acolhedor, respeitoso, empático e não reforçar práticas discriminatórias contra crianças (PCDs) crianças superdotadas, crianças de rua, crianças de áreas remotas, grupos de crianças de áreas rurais carentes.

Para Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), o exercício de colocar um aluno com deficiência em uma instituição comum não deveria ser obrigatório, mas sim um exercício que apoiasse e privilegiasse a diversidade. Sendo assim no processo de incluir os de alunos autistas é muito desafiante, pois essas posturas devem ser cumpridas por todos os profissionais envolvidos no ensino-aprendizagem no contexto escolar (BENITEZ; DOMENICONI, 2015).

Do ponto de vista da educação inclusiva, a atual política nacional de educação especial compreende a educação especial como um método de ensino que permeia todos as fases, etapas e técnicas, oferecida nos serviços de educação especial, disponibiliza serviços e recursos especiais para esse fim e orienta os alunos em salas de aula (MATOS; MENDES, 2014).

Acerca disso é necessário que os professores tenham em mente que as atividades realizadas com a criança autista, visem ensinar e fazer com que elas consigam se tornar mais independente, podendo assim reproduzir essa habilidade aprendida em casa em suas atividades cotidianas. Entende-se que a escola regular deve acolher todos os tipos de alunos e fornecer situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, vez que a educação, é também, um processo social (SANTOS; AGAPITO, 2022).

Para que o processo de incluir seja possível, é necessário que os docentes compreendam que as atividades que serão realizadas com as crianças autistas devem visar ensinar e torná-las mais autônomas, dispendo assim reproduzir essas potencialidades aprendida também com a família em suas atividades em casa (SANTOS; AGAPITO, 2022).

Em relação aos desafios das crianças com autismo existe a falta de docentes informados sobre TEA, muitos profissionais têm opiniões negativas que interferem no ensino dessas crianças, muitos docentes têm crenças distorcidas sobre comunicação e linguagem dos alunos. Por isso, é importante que os profissionais se interessem em explorar e se aprofundar no tema a fim de compreender as limitações, possibilidades de ensinamento e a melhor forma de atender às necessidades que ela apresenta. Ao realizar essa investigação, é possível que o docente crie vínculos, tenha um bom relacionamento com todos da turma e, assim, possa determinar quais métodos e estratégias podem ser aplicadas para desenvolver o aprendizado em sala de aula (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).

Para Matos e Mendes (2014) os docentes e a equipe escolar não estão de fato preparados, embora a formação dos docentes desde de muito tempo seja respaldada pelos programas de inclusão para capacitação. A ideia de preparar os profissionais é eficiente desde que traga soluções para problemas gerados pela falta desse preparo. É importante preparar os educadores para atender a diversidades dos alunos que estão inseridos na

escola, assim buscar extinguir comportamentos sustentados por padrões preconceituoso inserido em meio a sociedade contra pessoas deficiências e grupos diversos.

Para que esses profissionais envolvidos no processo de ensino tenham acesso a esses conhecimentos produzidos sobre a prática de atendimento a essas crianças TEA e ofereça uma educação de qualidade é preciso investimento das políticas públicas e ações para que essa formação de efetivada. Através de cursos, palestras, preparando-os para o atendimento aos alunos com altas habilidades, superlotação, transtornos do neurodesenvolvimento entre outros. Esses cursos ofertados devem possuir respaldo de produções científicas (BENITEZ; DOMENICONI, 2015). Para Matos e Mendes (2014) existem falhas no processo de formação, os cursos são abordados conteúdos que não são suficientes para formar educadores capacitados, e esse investimento apenas atende às necessidades documentos oficiais publicados.

Além da falta de capacitação dos docentes, outro desafio relacionado à falta de recursos e suporte ao trabalho desses docentes, por existir uma precariedade em metodologias de ensino. É necessário subsistir recursos para ensinar essas crianças. assim é dever das instituições disponibilizarem uma boa infraestrutura para a inclusão de atividades educacionais, implementação de projetos que visem materiais e recursos para os docentes implementarem e desenvolverem atividades educacionais voltadas para o TEA (BENITEZ; DOMENICONI, 2015). E mesmo com todas as incertezas, é possível observar nos estudos mais recentes que a inclusão da criança com TEA traz resultados positivos para ela, essa inclusão faz com que o TEA interaja socialmente com outras crianças da sala desenvolvendo essa habilidade que é uma das principais para a aprendizado (MATOS; MEDES, 2014).

Neste sentido ensinar crianças com TEA torna um desafio também devido às dificuldades que surgem com o autismo, levando a déficits de socialização, comunicação e comportamentos, por outro lado, importa referir que, mesmo com um desenvolvimento desadaptativo nestas áreas, estas crianças são capazes de extrair certas pistas do meio linguístico e internalizá-las, para as utilizar contextualmente na sua dia-a-dia (PIECZARKA; VALDIVIESO, 2021).

De acordo com Nascimento e De Souza (2018) devido aos seus rígidos padrões de comportamento e dificuldade de interação social, as crianças com autismo precisam desenvolver aptidões específicas, como aumentar seu repertório comportamental. Por se tratar de um transtorno que acarreta déficits sociais e de linguagem e, conseqüentemente,

de aprendizagem, se não houver uma estimulação precoce, ou vier acompanhado de deficiência intelectual, o aluno com TEA poderá se desenvolver lentamente, em relação aos demais alunos de uma turma de uma sala de aula comum.

Desse modo a convivência do TEA com outros alunos fornece oportunidades para que se adaptem a sala de aula, tornar o aluno TEA pertencente a sala de aula, preparar os colegas para auxiliá-los nas situações cotidianas que acontece na escola. É importante estimular na turma iniciativas de acolhimento, no sentido de incluir esses alunos nas brincadeiras, nas atividades possibilitando ganhos à medida que se interajam com a turma, superando assim a dificuldade com o convívio social, estimulando o aluno a permanecer em atividades coletivas, ajudando a lidar com mudanças (MATOS; MENDES, 2014).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos para construção desta pesquisa, por meio da revisão bibliográfica, foi possível observar que há muito tempo ocorre vários movimentos, que buscam garantir os direitos das pessoas com necessidades especiais ao acesso à educação inclusiva regular, e com isso vem ocorrendo transformações nesse paradigma da exclusão a escola tem com pessoas com deficiências. Neste sentido esses movimentos visam a inclusão, tratamento, aceitação e a interação dessas crianças com outros colegas, permitindo assim a socialização e o acesso ao ensino de forma igual para todos.

Todos possuem o direito ao acesso à educação, sendo assim, é necessário buscar as leis da legislação que também garante as crianças (PDC) a inclusão na escola. Todavia, sabe-se que somente esses avanços nas leis e documentos não são capazes de garantir esses direitos, e para sustentar a inclusão destas crianças no contexto escolar, na garantia do direito de participarem das atividades com outros colegas na escola.

O governo deve oferecer mais iniciativas, projetos e efetivar o compromisso que tem para incluir essas crianças (PCD) ao acesso à escola, recursos que atendam suas necessidades, a educação de qualidade e profissionais capacitados. Desta maneira percebe-se que o Ministério da Educação no Brasil, atuou em diversas frentes e projetos para melhorar a inserção e participação com igualdade das crianças (PCD).

Apesar dessas iniciativas é importante que os profissionais da escola estejam preparados para praticar as atividades de forma humanizada, respeitosa e consciente com todos os estudantes, principalmente com as crianças com autismo, que é uma demanda que aumentou muito os números de crianças autistas na escola, essas crianças enfrentam desafios com a relação à aprendizagem e socialização, que são algumas das características do autismo, além da falta de inclusão, métodos ensino que facilitem suas dificuldades no aprendizado. Desta maneira é esperado que a escolas tenham

profissionais que ao receber essas demandas, tenham conhecimento e preparo para atuar no ensino e na inclusão dessas crianças.

Assim, será possível ter um ambiente escolar cada vez mais inclusivo, com menos exclusão, discriminação e preconceito, um ambiente que garanta a essas crianças autistas o acolhimento caloroso, que sejam recebidos com respeito, empatia e cuidado. Nas discussões entre os autores que citam que entre as instituições de ensino e profissionais há a discordância, nota-se que a dificuldades dos profissionais com a demanda, no sentido de que muitos não terem a capacitação, preparo e nem a pratica para lidar com as crianças com autismo, que por sua vez em alguns casos além do transtorno pode apresentar uma patologia o que dificulta ainda mais seu processo de aprendizado, a falta de um ambiente elaborado, recursos pedagógicos para atender a necessidade.

Dito isto, para que haja a inclusão os profissionais devem ser capacitados, as instituições escolares forneçam cursos de capacitação, projetos e iniciativas voltadas para a educação e ensino, acesso aos recursos elaborados para atender as crianças (PCD). Respeitando seus direitos e que com a colaboração dos profissionais e da família essas crianças tenham acesso à escola regular inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Francisca Melo; DOS SANTOS, Márcio Gleide Cardoso. Políticas públicas para inclusão escolar: o que nos revela um estudo de caso. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 24, n. 1, p. 168-188, 2022.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. **Inclusão Escolar: o papel dos agentes educacionais brasileiros**. Psicologia Ciencia e Profissão, 1007-1023, 2015.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: De alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Publicada no Diário Oficial da União nº 191 – A**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. In Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília, DF: Corde, 2ª ed, 1997.

BRASIL. **Documento Orientador Programa BPC na Escola. MEC/SEESP**. Grupo Gestor

Interministerial. Brasília, 2009.

CAMARGO, S. P. H., & RISPOLI, M. **Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos**. Revista Educação Especial, 26(47),639-650, 2013.

CARTAGENES, Marcus V. et al. **Software baseado no método ABA para auxílio ao ensinoaprendizagem de crianças portadoras de Transtorno Global do DesenvolvimentoAutista**. Anais do Computer on the Beach, p. 162-171, 2016..

CESAR, Maria Jullia Sousa. **A inclusão da criança autista no contexto escolar: contribuições do Teach, Aba e Dir-Floortime**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, p. 1 -20, 2021. Disponível em:<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3112/1/TCC%20Maria%20Julia%20FINAL.pdf>. Acesso em: outubro de 2022

DE CARVALHO, Mansur; Odila Maria Ferreira et al. **Sinais de alerta para Transtorno do Espectro do Autismo em crianças de 0 a 3 anos**. Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos, v. 12, n. 3, 2017. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S141365382418000300008>>. Acesso em: outubro de 2022.

FONSECA, T., FREITAS, C., & NEGREIROS, F. (2018). **Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores**. Revista Brasileira De Educação Especial, 24(3), 427-440, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000300008>>. Acesso em: outubro de 2022.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Mariana de Andrade. **Metodologia Científica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Cultural, S.A, 2014. ZILBOVICIUS, Mônica; MERESSE, Isabelle; BODDAERT, Nathalie. **Autismo: neuroimagem**. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 28, p. s21-s28, 2006

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais**. *Práxis educacional*, v. 10, n. 16, p. 35-59, 2014.

PEREZ, Jefferson Felipe Candido. **Planejamento em um grupo de professores de uma sequência didática de caráter sociocientífico numa perspectiva da educação inclusiva: o autismo e a Covid-19 em sala de aula**. 2022.

PIECZARKA, Thiciane ; VALDIVIESO, Tiago Veiga. **Vínculo afetivo aprendizagem e autismo; Reflexões sobre a relação professor-Aluno**. *Revista Cognition*, v. 3, n. 1, p. 59-77, 2021.

SILVA, Flavia Natalia Ramos da. **Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios**. 2014.

REIS, Sabrina T.; LENZA, Nariman. **A Importância de um diagnóstico precoce do autismo para um tratamento mais eficaz: uma revisão da literatura**. *Revista Atenas Higeia*, v. 2, n. 1, p. 1-7, 2020.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Cultural, S.A, 2014. ZILBOVICIUS, Mônica; MERESSE, Isabelle; BODDAERT, Nathalie. Autismo: neuroimagem. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s21-s28, 2006.